

Sob o signo do sangue: a trajetória republicana em Alagoas e a sinfonia da violência em tom maior (1930 – 1964)

Rodrigo José da Costa¹
rodrigoalcantaracosta@oi.com.br

O século XX marca uma época de importantes transformações nos destinos da história da sociedade brasileira. Uma história marcada por disputas que em determinados momentos representaram processos não muito claros, onde as rupturas nem sempre foram avanços na luta democrática, e o exercício do poder foi realizado sob a insígnia da ditadura. A Revolução de 1930 marca o início de uma era de transformações políticas, sociais e econômicas cujo desfecho só ocorreria com o golpe civil-militar de 1964, começo de outra fase na história brasileira. Em Alagoas, esse período foi marcado por fortes tensões políticas, originadas nas disputas entre setores da oligarquia pelo controle do executivo estadual.

O governador alagoano, Álvaro Paes, desde outubro de 1930, se preocupava com as notícias chegadas de Recife, pois estas davam conta de que explodira uma revolta naquela capital. Tais notícias se intensificavam a cada dia e tornavam-se mais preocupantes à medida que a elas se adicionava o comentário sobre a fuga do então governador pernambucano, Estácio Coimbra. O fato é que, conforme Carlos de Gusmão testemunha, (...) *já no dia sete chegava Estácio, pela madrugada, ao porto de Jaraguá, num rebocador, passando depois para bordo do vapor “Aratimbó”, do Loide Nacional*² dirigindo-se ao sul do país.

No dia seguinte, oito de outubro, a região norte de Alagoas vivia em clima de muita agitação política, uma vez que, o governador recebera informação através do Sr. Juca Peixoto, filho do Marechal Floriano Peixoto à época chefe do distrito telegráfico, que colunas de revoltosos já avançavam sobre o território alagoano em direção à capital. No dia 10 de outubro, por volta das 14 horas, um avião sobrevoara a cidade de Maceió,

¹ Aluno de Mestrado do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. O presente trabalho foi orientado pela Prof. Dr. Ana Maria Barros dos Santos.

² Cf. Carlos de Gusmão. **Boca da Grota: reminiscências**. Maceió/AL, Serviços Gráficos Gazeta de Alagoas, 1970. p. 98.

derramando boletins dos revolucionários, assinados pelo General Juarez Távora, chefe da Revolução no Norte do Brasil. Os boletins³ eram dirigidos *aos briosos camaradas do 20º BC (Batalhão de Caçadores) e ao heróico povo na terra de Floriano Peixoto e Deodoro da Fonseca*, dando informes sobre o processo revolucionário no país e fazendo um apelo ao povo *para que poupe a família alagoana dias de desespero e de luto!*⁴

No dia 10 de outubro, o governador Álvaro Paes também vai fugir. Não se sabe ao certo se, numa barcaça ou num iate, mas, do mesmo modo que o governador pernambucano, rumo ao sul do país. *O dia 11 foi de festa na rua. Delírio. Carnaval. Lenços vermelhos.*⁵ Vago o cargo de governador, o Governo Federal ocupou-o com a indicação de interventores. Até a data da primeira eleição para governador, Alagoas contou com nove interventores no comando do Executivo.⁶

Desses, coube a Francisco Affonso de Carvalho a organização do processo eleitoral para a Assembléia Constituinte de 1934. Para isso, iniciou o processo de reorganização partidária em Alagoas do qual resultou a formação de três partidos, o Partido Economista Democrático de Alagoas (PEDA); o Partido Socialista (PS), que já existia anteriormente, e o Partido Nacional de Alagoas (PNA). Este último, concentrando aqueles que saíram vencedores da Revolução de 30, sendo, o próprio interventor membro desta agremiação, assim como algumas lideranças tradicionais e, ainda, alguns políticos sem partido. O PEDA aglutinava os ex-governadores, ou seja, os governadores da Velha República, intelectuais, advogados, ex-secretários de Estado e usineiros. Era o partido de maior expressividade na sociedade alagoana, e que reunia os derrotados da Revolução. Era chamado por alguns, pejorativamente, de partido dos “carcomidos”⁷.

Com a realização do processo eleitoral, o partido do interventor, PNA, elegeu os seis deputados que representariam o Estado na Assembléia Constituinte, Vitória que foi alvo de forte contestação, sob a acusação de que o interventor havia se utilizado de métodos contra os quais os partidários da Revolução de 30 haviam se insurgido.

³ Idem pp. 101-104.

⁴ Id. Ibidem.

⁵ Idem p. 105.

⁶ Cf. Araken Alves Lima. **Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro no processo de integração nacional**. Campinas: UNICAMP, 2006. (Tese de Doutorado).

⁷ Idem. pp. 44-58.

O Estado Novo no velho Estado

Neste contexto surgem os nomes que vão protagonizar os principais papéis nos conflitos que se sucederiam. Trata-se principalmente dos membros da família Góis Monteiro, originária da cidade de São Luiz do Quitunde, no norte do Estado, tradicionalmente ligada ao sistema açucareiro através do Engenho Guindaste. Esta família, contudo, vinha perdendo seus vínculos com a velha “aristocracia rural” alagoana e, assim, a capacidade de influenciá-las. Isto se devia, primeiramente, à perda do engenho, que fora vendido em 1911. Outro fator foi o afastamento das últimas gerações que optaram pela carreira militar, indo viver em outros estados, principalmente o Rio de Janeiro.

Isto acarretará, em Alagoas, nas primeiras décadas do século, além da ausência nas disputas políticas travadas em Alagoas, o distanciamento do universo intelectual alagoano da década de 1920, que vivamente repercutia o *Movimento Modernista* quanto o *Movimento Regionalista do Nordeste*⁸. Neste período, por exemplo, os irmãos Pedro Aurélio, Edgar, Ismar, Manuel César e Silvestre Péricles de Góis Monteiro eram todos militares de altas patentes, exceto Edgar que se manteve no Estado, tendo uma participação política mais intensa. O fator **afastamento**, não era inédito, e tendo já ocorrido com outras famílias, como foi o caso de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Dentre os irmãos Góis Monteiro, se destaca o General Pedro Aurélio, que, como comandante militar na Revolução de 30, teve papel decisivo na vitória se tornando figura de muita influência no novo regime.

Embora vitoriosos nacionalmente, os Góis Monteiro tinham uma influência real pouco significativa na política em Alagoas e, os problemas surgidos com o interventor Affonso de Carvalho impunha a necessidade da substituição deste. A indicação do novo interventor envolveu diretamente o General Góis Monteiro, o que vai colocar em confronto os interesses da bancada federal alagoana e os interesses do Centro Alagoano, uma organização fundada no Rio de Janeiro, em 1881, que contava com a colaboração de muitos militares, dentre eles, o Mal. Deodoro da Fonseca. Enquanto o Centro

⁸ Moacir Medeiros de Sant’ana em seu livro *História do Modernismo em Alagoas (1922 – 1932)* descreve o momento de grande riqueza cultural que representou a década de 1920 para Alagoas que foi marcada pela formação de entidades artísticas e por grandes debates sobre arte e cultura, repercutindo as inquietações dos movimentos culturais do país.

Alagoano articulava com o General, a indicação do novo interventor, a partir de uma lista de quatro nomes apresentados, alguns deputados tiveram acesso direto ao presidente Getúlio Vargas, conseguindo a indicação do Sr. Osman Loureiro para ser o interventor. Este, na época, morava no Rio de Janeiro, tendo participado de todo o processo de formação do Instituto do Açúcar e do Alcool, vindo a fazer parte da primeira Comissão Executiva. Num texto intitulado *De representante do açúcar ao governo de Alagoas*, Osman Loureiro conta os detalhes de seu encontro com Getúlio Vargas e, como, depois de uma conversa sobre a questão do açúcar, ouvira o Presidente decretar, à porta de saída: “Considere-se interventor de sua terra”.⁹

Essa nomeação, no entanto, aprofundou a crise política no estado além de intensificar os conflitos entre os grupos vencedores e perdedores da Revolução. Um ativo militante e cronista da Revolução de 30, chega a comentar que, “Alagoas foi o único Estado do Brasil que nunca pode usufruir os benefícios do movimento de 30, porque vivia completamente influenciado pela ação desses elementos que a própria revolução combatera”.¹⁰

Numa intervenção direta, o general Pedro Aurélio Góis Monteiro com sua autoridade nacional de detentor da pasta de Ministro da Guerra, tenta montar uma política de unificação dos interesses, de modo a “apaziguar a família alagoana”. Os acordos estabelecidos nesse período, sob a coordenação do próprio general, recebe o nome de “Política do São Patriotismo”, que se resumia basicamente na fundação de um novo partido, o Partido Republicano de Alagoas (PRA), que agregaria os componentes dos partidos existentes, o PEDA, o PS e o PNA, para montar uma chapa de consenso no processo da eleição para governador que se realizaria em maio de 1935. Essa política, no entanto, não vai contar com a aprovação de um dos irmãos do general, Silvestre Péricles de Góis Monteiro, que vai se manter no PNA, lançando sua própria candidatura para enfrentar a de Osman Loureiro, que fora indicado candidato do PRA.

O confronto entre as duas candidaturas leva à divisão da família Góis Monteiro, se desdobrando ainda em diversos enfrentamentos violentos, que vai culminar com a morte de um deputado do grupo de Silvestre Péricles. Os irmãos Manuel, Ismar e Edgar

⁹ Cf. Osman Loureiro. **Trechos do meu caminho**. Rio de Janeiro: Record, 1970.1970 p. 81.

¹⁰ Cf. Antônio Góis. **Sangue: subsídios para a história política de Alagoas**. Maceió/AL, Litografia Esperança, p. 37.

Góis Monteiro apoiavam Osman Loureiro, o qual, inclusive, havia se tornado genro do ultimo. A tensão gerada e a expectativa criada para o dia da eleição do governador, podem ser bem percebidas na descrição feita por Antônio Góis e Carlos de Gusmão, ambos testemunhas do fato e correligionários de Silvestre Péricles e Osman Loureiro, respectivamente.

Quem presenciou aquele funesto dia, em que a Praça D. Pedro II, onde se acha o edifício da antiga Câmara dos Deputados, parecia mais uma praça de guerra, todos os prédios circunvizinhos achavam-se repletos de cangaceiros e policiais armados de fuzis, rifles e metralhadoras, para, se por ventura, o eminente alagoano tentasse se aproximar daquele edifício, ser juntamente, ele com todos os seus amigos e os deputados fieis à sua pessoa metralhados e rechaçados pela fúria ‘lampionesca’ dos terríveis cangaceiros.¹¹

Foram, em suma, inestimáveis os serviços prestados pela interventoria que veio especificamente escolhida pelo presidente da Republica para, em dias tão inquietadoramente agitados da política alagoana, assegurar a instalação e funcionamento da Assembléia. O ambiente em que se instalou a Constituinte, de absoluta ordem e de garantias, foi exatamente aquele que se tornou necessário para um pleito em que, dadas as paixões e as agitações que o antecederam e persistiam, era preciso existir, assegurou-o a interventoria federal, cumprindo rigorosamente a sua missão¹².

Osman Loureiro se elege, ficando na condição de Governador Constitucional até 24 de novembro de 1937, quando, em virtude do golpe que instituiu o Estado Novo, torna-se mais uma vez interventor do Governo Federal até outubro de 1940. Durante o Estado Novo, mais quatro interventores vão ser indicados, entre eles, os irmãos Ismar e Edgar de Góis Monteiro.

A trajetória democrática

A volta do país à normalidade democrática, coloca o nome do general Góis Monteiro mais uma vez em evidencia, uma vez que, o seu grupo havia desempenhado papel de comando na articulação que havia derrubado a ditadura Vargas. Com as novas eleições para governador, marcadas para janeiro de 1947, Silvestre Péricles, desta vez

¹¹ Cf. Góis, op. cit. p. 111-12.

¹² Cf. Gusmão, op. cit., p. 221-222.

aliado ao irmão general, participou novamente do pleito alagoano, sendo eleito governador ao derrotar o candidato Rui Palmeira (UDN/PCB), de tradicional família ligada ao sistema de engenhos e, posteriormente, fornecedores de cana. Nesta eleição, o general Góis Monteiro concorreu e se elegeu senador por Alagoas.

O mandato de Silvestre Péricles transcorre em clima de constantes conflitos com a oposição na Assembléia Legislativa, oposição esta, representada pela coligação udeno-comunista. O governador procurava atacar este grupo como se entre udenistas e comunistas não houvesse diferenças, sobretudo, parecia ter perdido a noção de sua origem oligárquica, a exemplo da UDN, com uma importante ressalva: a de que, sua família havia, desde o início do século, se afastado das estruturas do poder local, ao passo que o grupo udenista era composto, no dizer de Luiz Nogueira de Barros, pelos (...) *doutores, os intelectuais, os escritores, uns tipos com os quais os Góis Monteiro se relacionariam com dificuldades. E, além do mais, estão fincados na terra, com seus engenhos, suas usinas, suas fazendas e outros tantos bens.*¹³ Bens estes que os Góis Monteiro já não dispunham mais.

Assim, como governador, fez da luta anticomunista e do combate à corrupção seus principais pontos de atuação, inclusive através da publicação pela Imprensa Oficial, de um antigo relatório feito na época do interventor Affonso de Carvalho (1934) intitulado, *O Empréstimo Externo de Alagoas*, onde eram analisados dois tipos de empréstimos internacionais feitos pelo Estado, um à França e outro a Inglaterra. Nesse relatório apontava a existência de várias ilicitudes. A publicação deste antigo relatório fez-se com um severo comentário do governador, indicando os nomes de pessoas envolvidas nos empréstimos, as quais não eram poupados fortes e decididos adjetivos, fazendo aflorar num ambiente político conturbado, questões jamais esperadas, depois de tanto tempo. O citado relatório, foi enviado à várias autoridades nacionais, sendo mais uma vez reimpresso. Outra ação impetrada pelo governador, foi o fechamento das Caixas de Crédito Agrícola, criadas por seu irmão Ismar de Góis Monteiro quando, Interventor de 1941 a 1945, que, segundo Silvestre Péricles, serviam aos interesses de pessoas desonestas, envolvidas no desvio de dinheiro público. O governador vai utilizar

¹³ Cf. Luiz Nogueira de Barros. **A solidão dos espaços políticos**. Maceió: EDICULTE/SECULTE, 1988. op. cit., 101.

o dinheiro ainda existente nessas caixas, para a realização do Serviço de Água e Esgoto de Maceió¹⁴.

Outros fatos que marcaram o mandato de Silvestre Péricles, foi o episódio da prisão dos deputados estaduais comunistas e o tiroteio, por ocasião de um comício realizado pela UDN na cidade de Coruripe, em 1948, na eleição para prefeituras do interior, no qual, os seguidores do governador não queriam permitir que, no palanque, a oposição fizesse críticas ao chefe do Executivo. Este fato resulta em mortos, feridos e prisões arbitrárias de deputados da UDN. Na verdade, um sério ambiente de violência no interior do Estado foi o aspecto que tendeu a sobressair durante este governo: agressões e freqüentes trocas de tiro que, normalmente resultava em mortes.

Na eleição que se seguiu, em 1950, se verá a derrota de Silvestre Péricles e seu irmão general, na tentativa de reeleição para o Senado, processo eleitoral que fez emergir dois personagens importantes na trama política alagoana: de um lado, Arnon de Mello, candidato da UDN, que se elege Governador, representando a oposição e, por outro lado, Sebastião Marinho Muniz Falcão, vinculado ao grupo de Silvestre Péricles e que se elege Deputado Federal. Essa eleição (1950) representa, em Alagoas, mais que tudo, o fim do ciclo da família Góis Monteiro no poder estadual.

Arnon de Mello, descendente de família proprietária de engenho de açúcar na cidade de Santa Luiza do Norte, o Engenho Cachoeirinha, era jornalista e tivera desde sua adolescência envolvimento com conhecido grupo de intelectuais que se destacavam, Jorge de Lima, Aurélio Buarque de Holanda, Manuel Diegues Jr., José Lins do Rego, Rui Lima e Valdemar Cavalcanti que, na década de 1920, debatia, publicava e organizava eventos artístico-culturais em Alagoas. Politicamente, esses intelectuais estavam ligados ao grupo derrotado pela Revolução de 30 e tinham participação ativa nos embates políticos desde o ano de 1935, época em que, Osman Loureiro e Silvestre Péricles disputaram a eleição para governador. Nessa eleição, o candidato de Silvestre Péricles vai ser derrotado em uma campanha considerada inovadora, do ponto de vista da propaganda. Conforme Douglas Apratto Tenório:

O mundo do pós-guerra tinha pressa, e surgia uma nova realidade que a figura moça e risonha do governador Arnon de Mello tão bem representava. Ele era a imagem do liberalismo, dos novos tempos, da

¹⁴ Idem, p. 103.

modernidade, que se confrontava com o arcaico mundo populista de Silvestre. Um *new-look* político.¹⁵

O governo Arnon de Mello contudo, não consegue diferenciar-se muito do cotidiano de seu antecessor. Os conflitos vão continuar no interior, redundando em tiros e mortes. Além do mais, a oposição leva a efeito uma forte campanha denunciando irregularidades, mordomias, desvios de recursos públicos e má aplicação de verbas, o que vai criar um grande desgaste na imagem de seu governo.

Devido a acirrada campanha oposicionista, as forças políticas que apoiavam o governo realizam um grande ato público em agosto de 1953, em apoio ao governador. Nessa manifestação, realizada no Teatro Deodoro, além da leitura de uma carta de defesa do próprio governador¹⁶, foi lançada uma **Moção de Apoio das Forças Políticas**, com o objetivo de **“reafirmar nossa coesão e nossa solidariedade ao Governador Arnon de Mello”**. Seguiam-se ao texto da moção, várias assinaturas de parlamentares, vereadores, prefeitos e personalidades importantes do mundo político alagoano, dentre estes, dois ex-governadores, que encabeçavam as assinaturas: Osman Loureiro e Álvaro Paes. Tanta importância foi dada a este ato que, a moção de apoio e a carta do governador foram transformados em um livro com o título **Jamais Alagoas voltará ao Passado Negro**.

Muniz Falcão não era alagoano. Nascera em Pernambuco, na cidade de Araripina, e chegara a Alagoas em 1942, nomeado Delegado do Trabalho, com a tarefa de fazer cumprir no estado a legislação trabalhista. Sua atuação à frente da Delegacia do Trabalho, entretanto, desagradava profundamente os setores empresariais, especialmente os usineiros, os quais, com o fim do Estado Novo, conseguiram sua exoneração e transferência para o estado da Bahia.

Sua volta para Alagoas ocorre por obra e graça do governador Silvestre Péricles após sua eleição em 1947 ocasião em que é reconduzido ao cargo de Delegado do Trabalho. Em 1949, a Assembléia Legislativa e os dirigentes industriais do estado acusavam-no de promover a discórdia entre trabalhadores e empregadores e de intromissão indevida na política do Estado. Nas eleições de 1950, Muniz Falcão elege

¹⁵ Cf. Douglas Apratto Tenório. **A tragédia do populismo: o impeachment de Muniz Falcão**. Maceió: EDUFAL, 1995. op. cit., p.27.

¹⁶ Na carta onde o governador se defendia das acusações seria remetida ao deputado federal Rui Palmeira para que este a lesse na Câmara dos Deputados.

se deputado federal. Nessa ocasião o candidato a governador apoiado por Silvestre Péricles e o próprio general Góis Monteiro, candidato ao Senado, vão ser derrotados, Com esse episódio a participação dessa família é encerrada no cenário político alagoano. Nesse mesmo processo eleitoral, Arnon de Mello se elege governador.

Embora vinculado ao grupo de Silvestre Péricles, Muniz Falcão passa a representar outra experiência política. A tarefa de fiscalizar as relações trabalhistas, formar sindicatos no sentido de expandir a sindicalização entre os trabalhadores, divulgando os direitos dos trabalhadores, fazia dele um político comprometido com as transformações que estavam em curso na economia e sociedade brasileira. Essas transformações já bastante adiantadas na década de 1950, era resultante do processo de industrialização e de urbanização que se intensificavam, trazendo para o cenário das disputas políticas, os interesses das massas de trabalhadores urbanos. Assim, Muniz Falcão, conforme caracteriza Douglas Tenório, entra na política, chegando a Câmara Federal,

Sem dinheiro e sem colégios eleitorais, sem influencia das oligarquias e sem raízes de família, pois era natural de Pernambuco (...). Ingressou na política pela mão do povo, coisa incomum, mas não pode evitar a tremenda barreira de ódio que se ergueu contra ele pelos interesses poderosos que feriu ao abrir uma nova era na história do trabalho em Alagoas.¹⁷

Em 1954, Muniz Falcão se reelege Deputado Federal com a maior votação da história de Alagoas e, um ano depois, elege-se ainda ao cargo máximo do Estado. Esta conquista, no entanto, deflagra de uma guerra contra ele por parte das grandes famílias e do empresariado.

A velha elite alagoana, através das lideranças udenistas, tenta, inicialmente, anular sua eleição. Em seguida, tem início uma poderosa campanha na imprensa local e do Sul do país no sentido de desestabilizar o novo governador. A gota d'água ocorre em 22 de outubro de 1956, quando, por ato do governo Muniz falcão, é publicada a Lei nº 2.013 (Lei da Controvérsia), que institue a *Taxa pró-economia, educação e saúde* que vai incidir sobre o açúcar e outros produtos com o objetivo de (...) *fomentar as atividades econômicas e promover o desenvolvimento dos serviços de Educação e*

¹⁷ Cf. Tenório op. cit., p. 228.

*Saúde Pública no Estado*¹⁸. Esta iniciativa, evidentemente, desagradaria profundamente os empresários, particularmente os poderosos produtores de açúcar.

Fundamentalmente, é a publicação dessa lei que aprofunda as divergências entre o governo e as oligarquias locais, possibilitando que seus representantes no Poder Legislativo apresentem uma denúncia contra o Chefe do Executivo, acusando-o de conivência com a situação de violência e crimes políticos envolvendo a morte de lideranças oposicionistas; e de violência contra os Poderes Legislativo e Judiciário. Assim, foi aberto um processo de *impeachment*, através de uma Comissão Especial que tem como relator um entusiasmado líder na UDN no estado, o deputado estadual e usineiro Teotônio Vilela. Este, em relatório conclusivo apresentado ao plenário da Assembléia Legislativa, acolhia a denúncia contra o governador.

Tal processo vai paralisar o governo durante todo o ano de 1957. A votação do relatório, no dia 13 de setembro daquele ano, transforma o plenário da Assembléia Legislativa, numa verdadeira praça de guerra, já que, todos os deputados, tanto os da situação quanto os da oposição, compareceram armados. O ambiente fora arrumado de modo apropriado para o confronto com a própria Mesa Diretora, sendo o plenário protegido por uma barricada de sacos de areia. Antes do início da votação é deflagrado um tiroteio, onde todos atiravam. O resultado final foi um deputado morto¹⁹ e, ainda, um funcionário, cinco deputados e um jornalista ferido, o carioca Marcio Moreira Alves, que estava no local fazendo a cobertura do evento.

Isso não representou o final do processo. O estado segue conflagrado permanecendo sob intervenção federal até o encerramento da disputa jurídica, da qual Muniz Falcão sai vitorioso, reassumindo seu mandato em 24 de janeiro de 1958.

Estes fatos servem para fortalecer a imagem de Muniz Falcão com positiva repercussão positivamente na eleição de três de outubro de 1958. No referido pleito, o grupo udenista sofre sua maior derrota eleitoral, uma vez que, devido o prestígio alcançado, Muniz Falcão consegue eleger uma maioria vantajosa de deputados (estaduais e federais) e, para a única vaga de senador em disputa, trouxera do Rio de Janeiro o ex-governador Silvestre Péricles, afastado do mundo da política desde sua derrota em 1950. Ainda assim, consegue uma vitória expressiva sobre os candidatos da

¹⁸ Idem. p. 242.

¹⁹ Humberto Mendes, representante político com bases em Palmeira dos Índios e sogro de Muniz Falcão.

UDN, inclusive Arnon de Mello. Já na eleição para governador, em três de outubro de 1960, a disputa interna no grupo de Muniz Falcão provoca uma divisão que vai inviabilizar o lançamento de uma única candidatura. Três candidaturas são lançadas, sendo vitorioso do candidato da UDN, o major Luiz Cavalcante²⁰.

Conclusão

O último ato deste drama político vai ocorrer no pleito de 1965, quando Muniz Falcão, mais uma vez, concorre ao cargo de governador, já na vigência do regime militar. Além de Muniz Falcão, mais quatro candidaturas foram lançadas, duas das quais de candidatos fortes do grupo dos derrotados da Revolução de 30: Rui Palmeira e Arnon de Mello. Segundo interpretação de Douglas Apratto, para derrotar Muniz Falcão *o bloco conservador mudou de tática, depois de esgotado todo arsenal intimidatório e impugnatório, dividindo-se em dois candidatos principais e dois secundários como alternativa para confundir o eleitorado*²¹, o que fazia sentido, em função das mudanças havidas na legislação eleitoral, que impunha a condição de se alcançar a maioria absoluta para ser considerado eleito. Caso esta condição não fosse cumprida, o governador seria eleito numa reunião da Assembléia Legislativa dentre seus pares, o que acontecer.

Muniz Falcão apesar de ser o mais votado, não consegue a maioria absoluta, assim, sob forte coação militar, tanto a Assembléia Legislativa quanto o Tribunal Regional Eleitoral, não referendam o resultado das urnas. Alagoas mais uma vez passa a ser governada por um general-interventor e, em 16 de setembro de 1966, foi o escolhido indiretamente o deputado estadual Antonio Semeão Lamenha Filho, para o cargo de governador. Político conhecido no cenário político alagoano, uma vez que, já havia sido presidente do Poder Legislativo no período do *impeachment*, assim como no veto que não referendou do mandato de Muniz Falcão.

O que vem em seguida, é um conjunto de atos institucionais acabando com os partidos e instituindo o bipartidarismo, estabelecendo eleições indireta para Governador

²⁰ Embora tenha perdido para Silvestre Pércles na capital e para Abraão Moura no interior do estado, dois dos três candidatos vinculados a Muniz Falcão, no cômputo geral ganhou a eleição por pequena margem de votos.

²¹ Cf. Tenório. Op. Cit., p. 174.

e Presidente, suspendendo as liberdades democráticas e os direitos políticos. O país entrava numa nova fase de sua história, caracterizada principalmente pelo arbítrio completo e pelo afastamento da população do processo decisório no âmbito da política.

Pode-se dizer que, nestes 30 anos de disputas políticas em Alagoas, na verdade, o que se destaca é por um lado, as vaidades dos membros de uma tradicional família que, tendo perdido suas bases materiais e sociais locais, procuravam, por meio da representatividade e autoridade militar em âmbito nacional, retornar a influencia política regional; de outro lado, estavam aquelas outras famílias que, conservando-se no estado, não admitiam a possibilidade de perder a posição de controle social e político exercidos secularmente e que lhes possibilitava sua sobrevivência através das atividades produtivas tradicionais, principalmente a produção e comercialização do açúcar.

Nestas disputas, não estava em jogo diferentes projetos de desenvolvimento econômico, nem havia uma concepção de sociedade democrática e igualitária sendo debatida. Era a política levada a efeito da honra e do envaidecimento de ocupar o principal cargo político do estado. Osman Loureiro, Arnon de Mello, Luiz Cavalcante, Lamenha Filho, Rui Palmeira e outros, representaram nada mais que, a sobrevivência de um mundo que teimava em não ser superado.

Ressalva, no entanto, deve ser feita ao projeto político de Muniz Falcão, que vai estar alinhado à ideologia nacional desenvolvimentista que vigorava na segunda metade de década de 50. A trajetória de Muniz Falcão vai de certa forma se assemelhar a de João Goulart enquanto dirigente trabalhista – Goulart enquanto Ministro do Trabalho e Falcão na Delegacia Regional do Trabalho – e da mesma forma que Jango, sofrer uma forte oposição do grupo udenista durante seus mandatos a frente do Executivo.

Justamente pelo avanço que representou na forma de lidar com as manifestações dos trabalhadores em Alagoas, Muniz foi ferozmente combatido e seu governo demonizado pela elite conservadora do Estado.

Referencias Bibliográficas

ALMEIDA, Luiz Sávio de. **Chronicas alagoanas II: notas sobre poder, operários e comunistas em Alagoas**. Maceió/AL, Edufal, 2006.

BARROS, Luiz N. **A solidão dos espaços políticos**. Maceió: EDICULTE/SECULTE, 1988.

- CABRAL, Luiz Antônio Palmeira. **Planos de desenvolvimento de Alagoas: 1960-2000**. Maceió/AL, Edufal, 2005.
- CARDOSO, Oséas. **O Impeachment (arquivo histórico)**. Brasília/DF. Petry Gráfica e Editora Ltda, 1998.
- CARVALHO, Cícero Péricles de. **Alagoas 1980-1992: a esquerda em crise**. Maceió/AL, Edufal/Lúmen/Engenho, 1993.
- CAVALCANTE, Joaldo. **A Última Reportagem**. Maceió, Gráfica e Editora Gazeta de Alagoas, 1993.
- GÓIS, Antônio. **Sangue: subsídios para a história política de Alagoas**. Maceió/AL, Litografia Esperança, 1941.
- GUSMÃO, Carlos de. **Boca da Grota: reminiscências**. Maceió/AL, Serviços Gráficos Gazeta de Alagoas, 1970.
- LIMA, Araken Alves de. **Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro no processo de integração nacional**. Campinas: UNICAMP, 2006. (Tese de Doutorado).
- LIMA, Mário de Carvalho. **Sururu Apimentado: apontamentos para a história política de Alagoas**. Maceió/AL, Edufal, 1979.
- LIMA JÚNIOR, Félix. **Maceió de outrora**. (organizado por Rachel Rocha). Maceió/AL, Edufal, 2001.
- LINS, Ênio. **Alagoas: Pastoril de Trágicas Jornadas**. Edição eletrônica do Instituto de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco, 2004 (www.fundaj.gov.br).
- LIRA, Fernando José. **Formação da Riqueza e da Pobreza de Alagoas**. Maceió/AL, Edufal, 2007.
- MACIEL, Osvaldo. **Trabalhadores, Identidade de Classe e Socialismo: os gráficos de Maceió (1895-1905)**. Maceió/AL, Edufal, 2009.
- _____. **Operários em Movimento: documentos para a história da classe trabalhadora em Alagoas (1870-1960)**. Maceió/AL, Edufal, 2007.
- MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita de. **O homo inimicus: igreja, ação social católica e imaginário anticomunista em Alagoas**. Maceió/AL, Edufal, 2007.
- MELLO, Paulo Décio Arruda de. **Alagoas: sindicatos rurais e dominação**. Itaguaí: CPDA/UFRRJ, 1990.(Dissertação de Mestrado).
- MIRANDA, Anivaldo de. **Alagoas e o Golpe de 1964**. Maceió, Edições do Partido Popular Socialista/PPS, 2004.

MOTTA, Mello. **Retrato de uma Época: fonte de estudos para a interpretação de um agitado período político em Alagoas**. Maceió/AL, Edufal, 1984.

MOUSINHO, Cláudia & CAVALCANTE, Joaldo (coord.). **Alagoas Renasce: a história de um líder e sua revolução silenciosa**. Recife/PE, Nossa Livraria, 2006.

TENÓRIO, Douglas A. **A tragédia do populismo: o impeachment de Muniz Falcão**. Maceió: EDUFAL, 1995.